

## TRADUTORES-INTÉRPRETES DE LIBRAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE SURDOS: RELAÇÃO ENTRE A CONDUTA DO PROFISSIONAL E ASPECTOS LINGUÍSTICOS E EXTRALINGUÍSTICOS

### LIBRAS TRANSLATORS-INTERPRETERS IN THE CONTEXT OF EARLY CHILDHOOD EDUCATION: RELATIONSHIP BETWEEN PROFESSIONAL BEHAVIOR AND LINGUISTIC AND EXTRALINGUISTIC ASPECTS

Gildete da S. Amorim Mendes Francisco<sup>1</sup>  
Juveirce Christiane Medeiros Ramos<sup>2</sup>  
Gláucio de Castro Junior<sup>3</sup>

**RESUMO:** Com o aumento expressivo da quantidade de profissionais tradutores e intérpretes da Língua de Sinais – Língua Portuguesa (TILSP), surgiram questionamentos importantes que integram a forma de atuação destes profissionais. Para que os TILSP consigam seu lugar no mercado de trabalho, alguns requisitos são recomendados a fim de consolidar o seu trabalho. Neste estudo, buscou-se discutir fatos importantes dessa profissão e os desdobramentos para as pessoas Surdas, especialmente sob a ótica dos recursos extralinguísticos pertencentes aos processos de tradução e interpretação. Como metodologia, foi realizado um levantamento bibliográfico visando compreender o histórico da profissão, as normas e legislações associadas e características dos TILSP. Ao final, foi possível observar que os aspectos destacados e analisados demonstram que uma boa formação é fundamental para a construção do profissional e sua atuação em diversos âmbitos da sociedade. Adicionalmente, verifica-se a necessidade de que novos estudos, como este desenvolvido, sejam difundidos entre acadêmicos, pesquisadores e a Comunidade Surda, os mais variados meios de comunicação, sobretudo o audiovisual, e todos os agentes que participam da interação entre Surdos e não- surdos, para que seja possível melhorar, as condições de atuação dos profissionais TILSP.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação de Surdos. Tradução e interpretação. Libras. Linguística. Recursos extralinguísticos.

**ABSTRACT:** With the significant increase in the number of professional translators and interpreters of Sign Language – Portuguese Language (TILSP), important questions have arisen that are part of the way these professionals work. For TILSPs to get their place in the job market, some requirements are recommended in order to consolidate their work. In this study, we sought to discuss important questions that relate to this profession and the consequences for Deaf people, especially from the perspective of extralinguistic

---

<sup>1</sup> Professora permanente do departamento de letras clássicas e vernáculas do Instituto de Saúde Coletiva – Universidade Federal Fluminense. Contato: [gildeteamorim@id.uff.br](mailto:gildeteamorim@id.uff.br)

<sup>2</sup> Interprete de Libras - Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande. Contato: [juveirce@gmail.com](mailto:juveirce@gmail.com)

<sup>3</sup> Professor do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília – UnB. Contato: [librasunb@gmail.com](mailto:librasunb@gmail.com)

resources belonging to the translation and interpretation processes. As a methodology, a bibliographical survey was carried out in order to understand the history of the profession, the norms and associated legislation and characteristics of TILSP in several areas of activity. In the end, it was possible to observe that the aspects highlighted and analyzed demonstrate that good training is fundamental for the construction of the professional and his performance in different areas of society. Additionally, there is a need for new studies, such as this one developed, to be disseminated among academics, researchers and the Deaf Community, the most varied means of communication, especially audiovisual, and all agents who participate in the interaction between Deaf and non-Deaf people. deaf people, so that it is possible to improve, whenever possible, the working conditions of TILSP professionals.

**KEYWORDS:** Child education. Translation and interpretation. Libras. Linguistics. Extralinguistic resources.

### **Apresentação**

A partir da Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, regulamentada pelo Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como um meio legal de comunicação e expressão no Brasil, a quantidade de profissionais Tradutores e Intérpretes da Língua de Sinais – Língua Portuguesa (TILSP) aumentou de forma expressiva. Isso ocorreu, principalmente, pela implementação de políticas públicas que visam à garantia dos direitos linguísticos, comunicacionais e de acessibilidade da Comunidade Surda.

A Declaração Universal de Direitos Linguísticos, assinada em Barcelona no ano de 1996, considera como direitos individuais inalienáveis, em seu Artigo 3º, “o direito a ser reconhecido como membro de uma comunidade linguística; o direito ao uso da língua em privado e em público; o direito ao uso do próprio nome”. (UNESCO, 1996). Mediante o exposto, para que profissionais da tradução e interpretação de Libras consigam seu lugar no mercado de trabalho, alguns requisitos são definidos a fim de consolidar a atuação dos TILSP e orientar como seu trabalho deve ser realizado.

Com a crescente demanda por TILSP nas mais diversas áreas – por exemplo em debates políticos, propagandas eleitorais, educação, pesquisa, empresas, hospitais, igrejas, e outras – esses profissionais precisaram se aperfeiçoar em determinados campos do conhecimento, utilizando metodologias específicas para melhor adequar seu trabalho às necessidades do público-alvo, buscando evoluir a qualidade da tradução/interpretação em sinais, sempre que possível.

Porém, mesmo que avanços tenham sido evidenciados no decorrer dos anos, ainda há um longo caminho a ser percorrido. Nesse sentido, este estudo tem como objetivo levantar os principais aspectos que demonstram as formas de atuação dos TILSP, assim como

características que se desdobram em questionamentos cada vez mais presentes no cotidiano da sociedade. Para isso, são trazidas as discussões:

- 1) O uso de roupas na cor preta é realmente indispensável para a tradução/interpretação de Libras, sobretudo na esfera audiovisual?
  - a) Em ocasiões onde o público-alvo é infanto-juvenil, é necessário o uso de roupas na cor preta?
  - b) E quanto aos ambientes informais, é obrigatório?
  - c) Existe uma norma/orientação/legislação para isso?
- 2) Os profissionais com cabelos médios ou longos devem mantê-los presos ou soltos?
- 3) Alguns desses apontamentos atrapalham a atuação dos TILSP?
- 4) Existe uma maneira eficaz de identificar o trabalho desempenhado pelo Tradutor e Intérprete que garanta o direito linguístico ao surdo? Se sim, qual(is)?

### **TILSP: legislação e regulamentação da profissão**

Em 19 de dezembro de 2000 foi promulgada a Lei 10.098 – também conhecida como Lei da Acessibilidade. A partir dela, foram estabelecidos os critérios para promover a acessibilidade das pessoas com deficiência, trazendo conceitos relacionados à comunicação das pessoas Surdas. Posteriormente, em 6 de julho de 2015, foi sancionada a Lei 13.146 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

V - comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações; [...]. (BRASIL, 2015).

No ano de 2005 surge o Decreto 5.626, sendo apresentados aspectos associados à formação do tradutor e intérprete de Libras–Língua Portuguesa em seu Capítulo V. Já no Art. 18, o referido Decreto descreve a respeito da formação do TILSP em nível médio, que “deve ser realizada por meio de: I – cursos de educação profissional; II – cursos de extensão universitária; e III – cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação” (BRASIL, 2005), considerando o prazo de dez anos para a formação desses profissionais.

Promulgada em setembro de 2010, a Lei Federal 12.319 regulamenta a profissão do TILSP. Além das competências e atribuições, são apresentadas orientações para a formação deste profissional. Anos mais tarde, surge uma nova legislação destinada a assegurar e

promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência. Também conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a Lei 13.146, de 2015, apresenta em seu Capítulo II – Do acesso à informação e à comunicação, Art. 63:

É obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente. (BRASIL, 2015).

Por fim, é importante mencionar a NBR 15290:2016, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que fornece diretrizes gerais relacionadas aos seguintes aspectos que deverão ser observados para a acessibilidade em comunicação na televisão: legendagem, audiodescrição, língua de sinais e sistema de alerta de emergência.

### **O TILSP no contexto educacional**

Leite (2004, p. 12) destaca a importância da atuação dos TILSP em sala de aula quando diz que “o desconhecimento das habilidades necessárias para uma performance adequada do intérprete, no ensino, pode afetar negativamente a qualidade do processo de ensino e aprendizagem”.

Ainda que existam movimentos na direção de proporcionar melhores condições de ensino em ambientes escolares, é preciso ter em mente que a forma de transmitir determinados conteúdos deve ser previamente estudada e compreendida pelos TILSP, para que possam esclarecer da melhor maneira para os alunos. No que tange ao processo de educação em escolas, a autora explica que:

[...] o despreparo técnico e profissional, por si só, seria suficiente para suscitar projetos de pesquisas que forneçam subsídios teóricos para o exercício de uma prática profissional consciente e produtiva para aqueles que dela necessitam, a comunidade de pessoas surdas e as pessoas ouvintes, nos diversos cenários de interação na sociedade. (LEITE, 2004, p. 13).

Campos e Rodrigues (2009, p. 18) afirmam a necessidade da mediação dos diálogos entre interlocutores de línguas diferentes.

O intérprete realiza uma atividade que exige dele estratégias mentais na forma de transferir o contexto, a mensagem de um código linguístico para outro. Esse trabalho requer manter uma imparcialidade profissional e desenvolver uma relação de neutralidade com os surdos e o corpo docente em sala de aula, para que não haja interferência em sua atuação.

Segundo Oliveira (2018, p. 17) e sua perspectiva voltada para o ensino, é necessário refletir a respeito da qualidade dessa acessibilidade em todos os ambientes de atuação desse profissional. Portanto, é de fundamental importância que, no decorrer da capacitação de

TILSP para fins educacionais, sejam incorporadas metodologias que foram validadas pela Comunidade Surda, propiciando uma melhor compreensão do conteúdo abordado em sala.

Nesse sentido, a presente pesquisa aborda a relação que a linguística possui com a atuação profissional de TILSP no âmbito da educação infantil. De acordo com Castro Júnior (2014), a condição de uso paramétrico das expressões faciais e gramaticais contribui para os estudos da variação linguística em Libras.

No âmbito de estudo de léxico e terminologia, a compreensão das condições paramétricas traz no seu cerne a complexidade de sua análise, por isso é importante o estudo de sua ocorrência em cada parâmetro da Libras. A sinalização de um sinal-termo compõe uma cadeia paramétrica que se estende por todo o processo e define as condições paramétricas que depende das relações paramétricas existentes entre os componentes. Cada componente possui suas próprias características e atributos, que podem ser, de um modo geral, a forma, relações linguísticas, variações, restrições linguísticas, dentre outros, ou seja, devem se conhecer as condições que existem por trás da forma, para que na constituição dessa cadeia paramétrica não ocorram interpretações equivocadas, que certamente não possibilitarão a compreensão de todo o conjunto e não permitirão uma sistematização e registro do sinal-termo [...] para se organizar um sinal-termo em torno de uma condição paramétrica, é preciso entender que ele se articula a uma dupla rede de relações: uma rede referencial que articula a linguagem a tudo o que ela permite discernir com uma denominação dos signos linguísticos, e uma rede paradigmática que regula os significados lexicais intrassistêmicos do sinal-termo. (CASTRO JÚNIOR, 2014, p. 87-88).

Nascimento (2016, p. 27) afirma que “para compreender como os sinais-termo são criados, antes é preciso identificar os elementos constitutivos dos sinais, os mecanismos de criação e outros fenômenos presentes na criação dos sinais”. Dessa forma, é fundamental observar a dimensão linguística que existe nos fenômenos fonológico, morfológico, semântico, pragmático e sintático para a constituição das estruturas linguísticas, assim como sua percepção visual e articulação corporal.

Sob a ótica de Quadros (2007, p. 11), o profissional TILSP pode desempenhar sua função traduzindo determinado conteúdo verbalizado e/ou escrito. No entanto, a autora destaca as diferenças entre ambas as modalidades.

São duas práticas distintas num mesmo ofício, compartilham elementos em comuns na prática e que podem constituir-se justapostas na medida em que o tradutor-intérprete passa a ser entendido como um profissional que desempenha as duas atividades e as realiza em momentos e circunstâncias diferentes. (QUADROS, 2007, p. 11).

O item a seguir evidencia a interação das condições de TILSP com os recursos linguísticos citados. É preciso refletir quanto aos aspectos visuais nos quais estes profissionais são orientados a seguir e, quando possível, estabelecer vínculos que limitam/dificultam o pleno exercício de suas funções e da transmissão dos conteúdos que se voltam ao público infantil.

### **Vestimenta e cabelo no processo de tradução e interpretação**

A NBR 15290:2016 orienta sobre a atuação do tradutor e do intérprete de Libras e do uso da “janela de Libras” nos seguintes aspectos: captação, edição e exibição. De acordo com a referida norma, existem procedimentos que devem ser respeitados e executados para a garantia da qualidade e acessibilidade do público-alvo. Em relação ao primeiro aspecto (captação da imagem do tradutor ou do intérprete de Libras em estúdio), a norma prevê espaço suficiente para que o intérprete não fique colado ao fundo do estúdio, evitando o aparecimento de sombras.

Com relação ao segundo aspecto (edição), a norma apresenta o conceito de área de segurança que serve para “designar diversas margens utilizadas na edição de vídeo para que todos os aparelhos, independentemente de sua resolução, possam reproduzir os elementos sem haver cortes de informação na exibição” (ABNT, 2016, p. 2). Por fim, o aspecto de exibição é amplamente descrito na norma, e se apresenta com ênfase no item “Exibição das Informações”, onde se recomenda “evitar cobrir gráficos, os olhos ou os lábios dos personagens, ou áreas de ação durante exibição de programas com legendas”. (ABNT, 2016, p. 6).

Uma nota publicada pela Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais – Febrapils, explica: “[...] existem procedimentos que devem ser respeitados e executados para a qualidade da apresentação do texto em Libras e para a garantia da acessibilidade das pessoas surdas que fazem uso deste recurso”. (FEBRAPILS, 2016, p. 4).

O estudo de Vale (2020) trata a respeito dos recursos extralinguísticos no processo de interpretação simultânea de Língua Portuguesa para Libras, mais especificamente de um espetáculo artístico religioso. Sobre o TILSP, a autora explica que tal prática “requer ir além de simples conhecimentos superficiais da língua, tendo em vista que está atrelada também a modalidades tradutórias, a qual abraça inúmeras possibilidades de contextos de atuação” (p. 28).

O profissional tradutor e intérprete de Libras/Português, ao longo de sua trajetória, assume importante papel como mediador linguístico entre sujeitos surdos e ouvintes, podendo, por vezes, ter uma visão deturpada de sua profissão, pois é considerado o profissional que traduz e interpreta em Libras e em Língua Portuguesa; entretanto, como apresentado na Introdução, é comum de muitas pessoas tenham a concepção equivocada que esse profissional é aconselhador, professor regente, profissional da sala de recursos, de atendimento educacional especializado, terapeuta e outros. Essas concepções inadequadas sobre o papel e a atuação do tradutor e intérprete estão diretamente relacionadas à sua identidade,

muitas vezes relativizadas pelos próprios pares do ambiente de trabalho. (ALVES et al., 2021, p. 257).

Ao voltar a atenção para os recursos extralinguísticos, Vale (2020, p. 15) levanta reflexões de suma importância: “como o profissional pode se utilizar do corpo e de recursos que, combinados com os parâmetros linguísticos gramaticais da Libras, possam complementar para transmitir tamanha emoção e sonoridade dos espetáculos?”.

Como forma de responder tal questionamento, a autora sabiamente menciona os recursos extralinguísticos. Para Adriano (2018, p. 137) “onomatopeia seria um processo de formação de palavras a partir de um dado extralinguístico [...] que limita os estudos morfológicos”. Por outro lado, “composição consiste no processo autônomo de formação de palavras em português, diferente da derivação e da onomatopeia” (p. 139).

A ambiguidade polissêmica está presente no processo de interpretação, no qual Martins (2013) destaca a importância de representar além do sinal. Para a autora, o enunciador deve utilizar recursos extralinguísticos para diferenciar o verbo “comer” do substantivo “comida”, acrescentando outros sinais referentes a frutas, por exemplo. Sobre as Configurações de Mãos (CMs), a autora explica:

[...] que assumem no contexto a função de classificadores são usadas não apenas para representar a forma, o tamanho e a espessura dos referentes, mas também as características dos movimentos de determinados referentes em um dado evento. Nesse sentido, os classificadores podem alternar entre um adjetivo, pronome ou locativo. Desse modo, ao se atribuir uma qualidade a coisas, como exemplo: arredondada, quadrado, cheio de bolas, de listras e outras, isso representa um tipo de classificação por ser uma adjetivação descritiva. (MARTINS, 2013, p. 53).

Com o intuito de minimizar possíveis interpretações ambíguas, os recursos extralinguísticos são parte de uma preocupação do TILSP na busca por transmitir da melhor forma o material-fonte. Prometi (2020) desenvolveu sua tese de doutorado inserida na linha de pesquisa sobre Léxico e Terminologia. A autora explica que, para criar um léxico visual bilíngue de música, fez uso do procedimento metodológico baseado nos seguintes níveis linguísticos: fonologia, morfologia, semântica-pragmática e sintaxe.

Sendo assim, recursos extralinguísticos são estratégias tradutórias que possibilitam ao público surdo as sensações e emoções transmitidas em diversos contextos. Conforme destacado por Vale (2020), são exemplos destes recursos realizados com o corpo: agachamento, balanço, batidas de pé, deslocamento, giros, movimento de cabeça, movimento de tronco, palmas, saltos/pulos e entonação expressiva.

Com relação à vestimenta que o profissional deve utilizar, a Tradutora e Intérprete de Libras Paloma Bueno (2019), em uma publicação na rede social *LinkedIn*, explica que a cor preta, muito utilizada entre intérpretes, pode estar relacionada à impressão/sensação de

neutralidade. O assunto também é tratado no âmbito de moda, estilo e imagem. A esse respeito, a autora cita três aspectos que são comumente discutidos na sociedade com base na escolha da cor preta como vestimenta.

Na perspectiva da autora, em uma publicação na rede social *LinkedIn*, a profissional argumenta sobre a vestimenta do intérprete de Libras enfatizando que a cor preta pode estar relacionada com a impressão/sensação de neutralidade. O assunto também é tratado no âmbito de moda, estilo e imagem. A esse respeito, cita três aspectos que são comumente discutidos na sociedade com base na escolha da cor preta como vestimenta.

Para Bueno (2019), e baseado em profissionais da área de moda, estilo e imagem, a referida cor não emagrece, ou seja, outras cores escuras cumprem esse propósito como o azul marinho e o cinza chumbo. Ainda, a cor preta como vestimenta pode reforçar/refletir as olheiras e o cansaço, além de transmitir uma imagem de afastamento – neste caso, a autora destaca como as vestimentas de cor preta são largamente utilizadas como uniforme por seguranças.

No que se refere ao parâmetro audiovisual, o texto de Bueno (2019) apresenta a norma 15290 da ABNT e a Cartilha da Classificação Indicativa na Libras na TV, em que ambas recomendam aos profissionais que evitem um tom de camisa próximo à cor da pele. A Figura 1 apresenta críticas e sugestões dos surdos após avaliação das vinhetas, como parte de um estudo inserido na Cartilha da Classificação Indicativa na Libras na TV, que também se relaciona à vestimenta e atuação do tradutor e intérprete de Libras.

Figura 1 – Opiniões dos surdos sobre as vinhetas de Classificação Indicativa na Libras na TV.



### Críticas

- Falta de qualificação e de postura profissional da maioria dos intérpretes de LIBRAS;
- Uso de sinais errados ou de modo inadequado;
- Roupas, cabelo e maquiagem inadequados;
- Falta de contraste entre as cores das roupas e da pele do intérprete;
- O cabelo de alguns intérpretes estava caído no rosto e atrapalhou a visualização da expressão feita pelo profissional e, por consequência, a recepção da mensagem;
- Falta de expressões faciais e corporais e produção incorreta na articulação do sinal;
- Roupas de cores amarela, vermelha, laranja e verde limão devem ser evitadas porque desviam o olhar do surdo das mãos para as cores. Da mesma forma que o ouvinte se desconcentra com ruído de volume alto, o surdo perde a concentração em meio a cores fortes, que representam uma poluição visual; e
- Os intérpretes não devem usar acessórios como correntes, pulseiras ou brincos compridos, para que não chamem atenção mais do que a mensagem.



### Sugestões

- O intérprete deve ser profissional, ter proficiência em LIBRAS, frequentar e ser indicado por associações, federações e instituições ligadas aos surdos. Nas gravações, o intérprete deve estar acompanhado por um instrutor de LIBRAS com qualificação diplomada pelo MEC e por uma pessoa com deficiência auditiva/surdo que deverão assessorá-lo;
- A vestimenta, a pele e o cabelo do intérprete devem ser contrastantes entre si e em relação ao fundo. Devem ser evitados fundo e vestimenta em tons próximos ao tom da pele do intérprete (NBR 15.290);
- Pessoas de pele clara devem usar roupas de cores escuras (preto, verde escuro, marrom ou azul marinho);
- Pessoas morenas e negras devem usar roupas de cores claras (gelo, creme, cáqui, bege);
- O ideal é que os intérpretes usem blusas de cor única, sem estampas, de manga curta ou três quartos, sem decotes ou golas;
- É importante que o intérprete atente para o cabelo, tendo o cuidado com o penteado para não cobrir a expressão facial. Preferencialmente os cabelos devem estar totalmente presos; e
- Interpretar a mensagem de forma clara, expressiva, simpática e sem exageros.



Fonte: Cartilha de Classificação Indicativa na Língua Brasileira de Sinais, 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/classificacao-1/classificacao-1linguasinais.pdf>

Com relação às características de cabelo do profissional tradutor e intérprete de Libras, o texto de autoria de Costa e Costa (2019), intitulado “Sou intérprete da Língua Brasileira de Sinais e não abro mão do meu *black power*: e aí... vão continuar dizendo que meu *afrohair* atrapalha na comunicação?”, realiza uma análise a partir do artigo 5º do Código de Ética com sua reinterpretação conforme com artefatos da Cultura Negra.

Nesse estudo, os autores afirmam que “cabe aos Intérpretes de Libras perceberem as nuances do racismo e, além disso, compreenderem que elas podem se manifestar nos âmbitos individual, institucional ou estrutural” (COSTA; COSTA, 2019, p. 201). No que se refere à conduta adequada de vestimenta sem adereços, evidenciam o seguinte questionamento: “Uma conduta adequada de se vestir impinge aos tradutores e intérpretes negros/negras a eliminação do uso de turbantes, cabelos “Black Power” e outras vestimentas das culturas negras?”.

Destaca-se ainda no estudo de Costa e Costa (2019) a NBR 15290:2005 – antes da revisão de 2016 –, a questão da incidência da luz sobre a tonalidade da pele no revezamento de intérpretes nos palcos, auditórios e gravações.

a) os contrastes devem ser nítidos, quer em cores, quer em preto e branco; b) deve haver contraste entre o pano de fundo e os elementos do intérprete; c) o foco deve abranger toda a movimentação e gesticulação do intérprete; d) a iluminação adequada deve evitar o aparecimento de sombras nos olhos e/ou seu ofuscamento (ABNT, 2005, p. 8).

Porém, a referida norma atualmente vigente – NBR 15290:2016 – ainda prevê a nitidez dos contrastes (colorido ou em preto e branco) e a necessidade de contraste entre o plano de fundo e os elementos do intérprete. Assim, Costa e Costa (2019) evidenciam sua perspectiva sobre tais medidas consideradas de boa visualização, que em nada significam “a pele e o cabelo do intérprete”, e sim as condições de polaridade entre luz e escuridão.

### **Tradução e Interpretação para o público infantil**

A respeito da literatura infanto-juvenil e a tradução de produtos audiovisuais destinados a crianças, Carvalho (2021, p. 24-25) explica:

A tradução dirigida ao público infantil tem características próprias que se adaptam às necessidades deste público. Uma vez que os filmes e séries de animação são muitas vezes baseados em livros infantis, a tradução deste tipo de conteúdo segue parâmetros semelhantes à tradução de literatura infantil [...] A tradução de uma obra infantil tem como finalidade enriquecer o panorama da cultura de destino e aproximar o leitor potencial à cultura original.

Nesse sentido, a autora aponta que autores de textos audiovisuais para crianças inspiram-se diretamente na literatura, ao adaptar contos tradicionais. A esse respeito, Lozano (2015, p. 109, tradução nossa, apud CARVALHO, 2021, p. 41) esclarece que: “[...] as características puramente linguísticas do texto audiovisual destinado às crianças não se diferem dos textos convencionais para crianças, pois em todos encontramos rimas, canções e trocadilhos entre outros elementos”.

Com relação à fidelidade da tradução do conteúdo original, o autor explica que deve ser realizada de modo a se aproximar ao máximo do original para que qualquer espectador possa ver o mesmo filme independentemente da língua. A esse respeito, Carvalho (2021) destaca que devem ser consideradas as diferenças culturais existentes e a adequação do trabalho do tradutor a essas diferenças, evitando-se assim uma perda de informação durante a tradução.

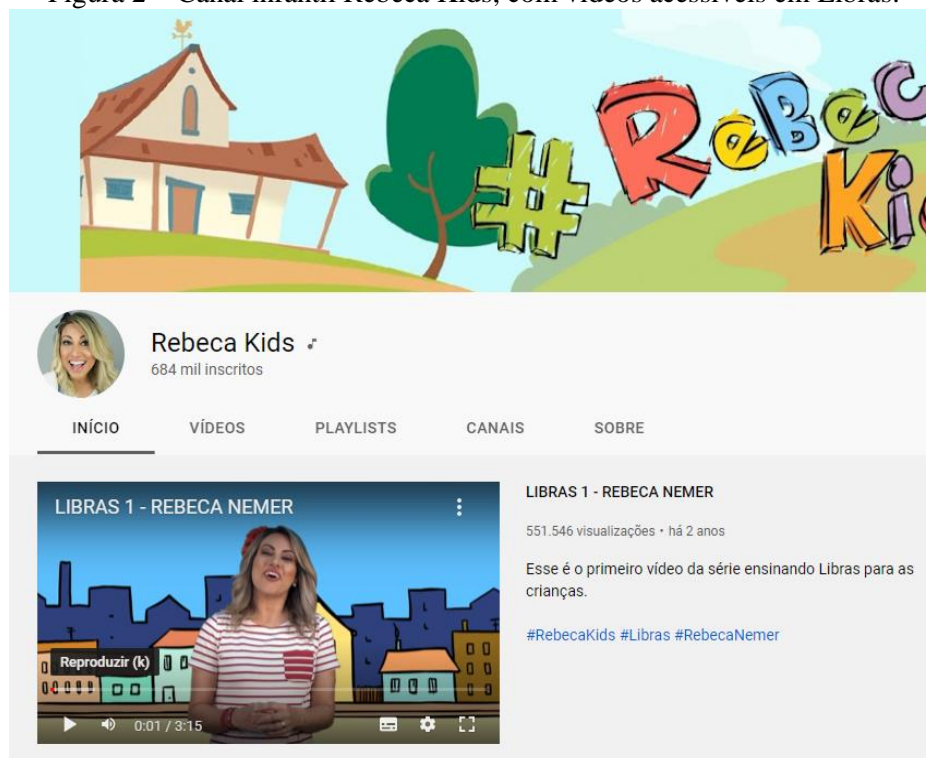
Tendo em vista que o público infantil é um espectador que exige particularmente o uso de recursos especiais para melhor compreensão do conteúdo transmitido, Carvalho (2021, p. 25) cita que “existem algumas características particulares da tradução de literatura infanto-juvenil que podem igualmente ser aplicados à tradução de produtos teatrais e audiovisuais infantis”.

A autora enumera ainda as três especificidades de autoria de Lozano (2015), sendo elas: a adaptação ao conteúdo cognitivo e pedagógico, a diversificação do leitor, e os diferentes formatos da literatura infanto-juvenil e inclusão da informação em diferentes códigos semióticos (escrito, visual e auditivo).

A vestimenta e o cabelo no processo de tradução e interpretação para o público infantil podem ser flexibilizados. O conteúdo, muitas vezes, é divulgado em forma de vídeos dinâmicos e coloridos que despertam a atenção desse público. O canal Rebeca Kids, da plataforma *YouTube*, é voltado às crianças, com conteúdo de comunicação por meio de músicas. A produtora iniciou, em 2020, conteúdos em Libras em seu canal, apresentando formas de comunicação básicas como “oi”, “tudo bem” e “tchau”.

No vídeo é possível notar que a produtora utiliza uma camisa listrada colorida e o cabelo solto com um acessório que faz parte de seu figurino (Figura 2). O conteúdo é transmitido no primeiro vídeo da série “Ensinando Libras para crianças”, e observa-se que a vestimenta utilizada se assemelha aos demais vídeos do canal que não possuem relação com a Libras, mas que ambos se voltam ao público infantil. Além disso, o fundo dos vídeos possui imagens ilustrativas de cores vibrantes que em nada destacam a apresentadora, ou seja, aparentemente não interfere na assimilação do conteúdo transmitido.

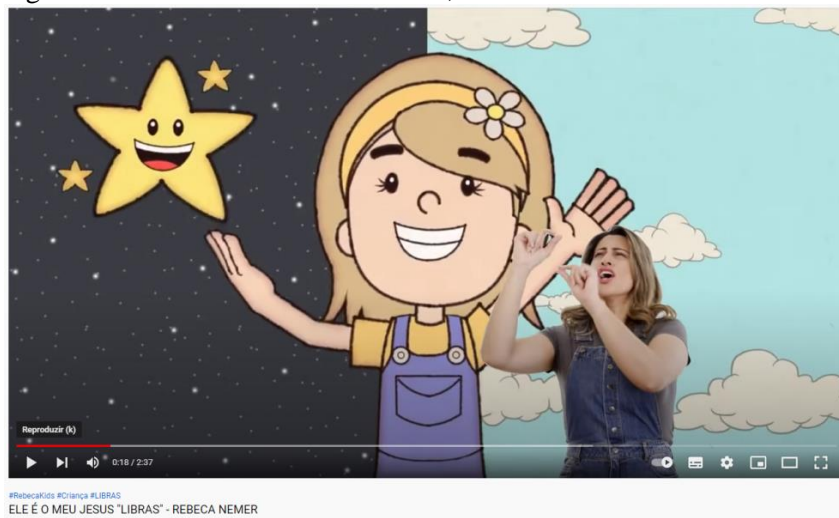
Figura 2 – Canal infantil Rebeca Kids, com vídeos acessíveis em Libras.



Fonte: <https://www.youtube.com/c/RebecaKids/featured>. Acesso em: 6 jul. 2022.

Como forma de ilustrar outras composições de vestimenta que podem ser utilizadas por TILSP para divulgação de materiais infanto-juvenis, a Figura 3 apresenta uma cena do vídeo do canal Rebeca Kids. Nela, observa-se que a apresentadora veste um macacão jeans com uma blusa de cor cinza – que remete ao tipo de roupa também adotado pelo público infantil.

Figura 3 – Canal infantil Rebeca Kids, com vídeos acessíveis em Libras.

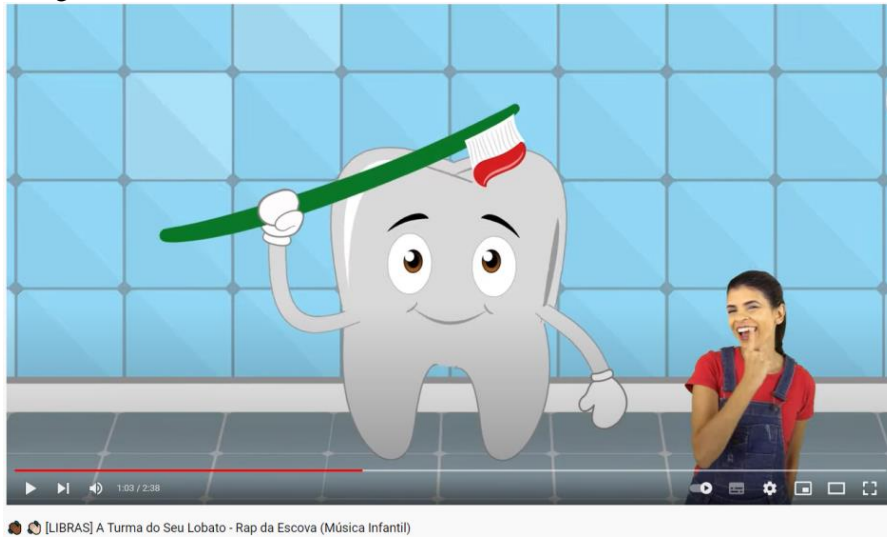


Fonte: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=Io8SErcK52U>. Acesso em: 6 jul. 2022.

Com base no exposto, sugere-se que TILSP que trabalham com conteúdo para crianças não necessitam do uso rigoroso de roupas que contrastam com o fundo, ou cabelo preso que evidencie os sinais, que por sua vez, são realizados de forma interativa, dinâmica e descontraída. Outros materiais reforçam este argumento, como por exemplo o canal “A Turma do Seu Lobato – Libras”, que divulga vídeos de clipes e músicas infantis com intérprete de Libras para a democratização do acesso a conteúdos educativos.

No referido canal, a profissional de TILSP AUTOR, também autora do presente estudo, demonstra a utilização da escova de dentes para crianças por meio da música. No vídeo, que pode ser acessado na íntegra pelo *link* disponibilizado na Figura 4, evidencia-se que o movimento corporal no sentido da melodia é fundamental para a melhor compreensão pelo público-alvo.

Figura 4 – TILSP em canal infantil “A Turma do Seu Lobato – Libras”.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=DB63BLhqIw0>. Acesso em: 6 jul. 2022.

A Figura 4 ilustra o uso de macacão jeans e uma blusa de cor vermelha que ressalta os movimentos da profissional, assim como os sinais que são produzidos. Portanto, não há interferência negativa no processo de transmissão do material em decorrência da cor da indumentária da TILSP.

De modo complementar sobre o uso de vestimentas coloridas, AUTOR também trabalhou como TILSP em outro canal de vídeos infanto-juvenis (Figura 5). O processo de interpretação em nada sofreu com a cor rosa da camisa da profissional, pelo contrário, acredita-se ser uma cor mais atrativa e menos cansativa aos olhos de quem assiste aos vídeos.

Figura 5 – Canal infantil Rebeca Kids, com vídeos acessíveis em Libras.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=-DGb6GYo9Vo> Acesso em: 6 jul. 2022.

As cores mais vibrantes denotam a sensação de informalidade à qual muitas crianças surdas se identificam. Além disso, os recursos extralinguísticos que TILSP desempenham são fundamentais para estreitar a relação entre o conteúdo e o usuário, uma vez que os gestos em combinação aos sinais em Libras são articulados de modo a garantir o melhor entendimento para o público-alvo.

Sendo assim, os conteúdos audiovisuais em Libras podem dispor de vestimentas em cores que destacam o profissional, colocam o TILSP em evidência aos olhares atentos das crianças e jovens que acompanham os vídeos, e possuem interatividade com os cenários, trazendo mais naturalidade e uma notável sensação de informalidade durante o entretenimento.

### **Desempenho de TILSP para garantia do direito linguístico ao Surdo**

Para garantir a compreensão dos sinais da Libras de uma melhor forma possível, o intérprete de Libras deve buscar grande conhecimento cognitivo-linguístico para exercer tal profissão. Conforme explica Quadros (2004, p. 73):

Traduzir um texto em uma língua falada para uma língua sinalizada ou vice-versa é traduzir um texto vivo, uma língua viva. Acima de tudo deve haver um conhecimento coloquial da língua para dar ao texto fluidez e naturalidade ou solenidade e sobriedade se ele for desse jeito.

No estudo de Leite (2004, p. 29) sobre os papéis do intérprete de Libras na sala de aula inclusiva, a autora destaca o seguinte:

[...] julgo ser necessário compreender, na realidade da interpretação, isto é, em um encontro real interpretado, quais os papéis assumidos pelo intérprete de Libras, principalmente, quando atua em um cenário diferente e complexo como é a interação em uma sala de aula onde convivem alunos surdos e ouvintes, falando diferentes línguas.

Sobre o assunto, é válido mencionar o estudo de Farias et al. (2020), intitulado “Atuação do tradutor intérprete de Libras no ensino superior: implicações na disciplina de educação inclusiva”. Nele, os autores apresentam uma experiência de atuação como TILSP durante a disciplina de Educação Especial em uma Perspectiva Inclusiva.

A pesquisa de Farias et al. (2020) foi realizada em uma turma do curso de Letras – Licenciatura em Libras/Língua Portuguesa como Segunda Língua, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e contou com a presença de 15 estudantes surdos. Ao final, concluiu-se que os conteúdos de cunho social foram melhor recepcionados pelos alunos surdos, que demonstraram maior interação e participação em temáticas sobre estigmas, estereótipos e barreiras comunicacionais e atitudinais enfrentadas pelo indivíduo surdo no dia a dia.

A crescente interação nas aulas proporcionou não apenas uma maior participação dos surdos nas aulas, mas resultou também na assimilação dos temas pertinentes ao componente curricular de Educação Especial em uma Perspectiva Inclusiva não pertencentes à realidade vivenciada por pessoas surdas. (FARIAS et al., 2020, p. 9).

Por fim, o estudo teve grande relevância ao constatar que a partir da atuação das Tradutoras Intérpretes de Libras e Língua Portuguesa, por meio do estudo dos conteúdos e materiais disponibilizados pela docente da disciplina e pesquisas dos sinais específicos utilizados nas aulas, verificou-se melhor compreensão dos conteúdos pelos alunos surdos. Além disso, propiciou momentos de interação de forma plena em sala de aula, contribuindo também para o aprendizado de maneira mais efetiva.

O trabalho sobre “Panorama e perspectivas da tradução e interpretação em Libras”, de Rodrigues e Valente (2011, p. 18-19), aborda a questão do domínio das línguas envolvidas no processo de tradução. A esse respeito as autoras explicam:

O domínio da Libras, ser filho de surdos, ou professor de surdos, nada disso garante, por si só, que alguém possa ser intérprete. É preciso, na verdade, que haja uma conjunção de características que envolvem, além do conhecimento profundo da estrutura das línguas envolvidas e a responsabilidade de manter-se fiel e neutro em relação ao objeto de interpretação, o conhecimento cultural suficiente da língua-alvo e da língua-fonte para fazer as devidas adaptações linguísticas de cunho idiomático e cultural.

Por fim, mas não menos importante, é válido ressaltar o relevante papel do TILSP na interpretação de conteúdos musicais em forma de vídeos. O trabalho desenvolvido pelo Grupo Ecoarte, que tem um canal no *YouTube*, divulga vídeos semanais abordando diferentes temas do cotidiano por meio do teatro, da música e da literatura.





OLIVEIRA, 2018), o intérprete trabalha com a oralidade e a gestualidade, de modo simultâneo ao processo tradutório. Já o tradutor faz uso de textos escritos e, por esse motivo, dispõe de mais tempo de consulta em diversos meios disponíveis – como dicionários, livros, internet e outros.

Outro ponto de vista que envolve a tradução em Libras é apresentado por Bassnett (2003, p. 9 apud OLIVEIRA, 2018), que explica não ser apenas a transferência de textos entre duas línguas, “[...] ela é hoje corretamente vista como um processo de negociação entre textos e entre culturas, um processo em que ocorrem todos os tipos de transações mediadas pela figura do tradutor”.

Um estudo pioneiro que revela métodos e questões centrais sobre a tradição do pensamento tradutológico sistemático se intitula “Sobre os diferentes métodos da tradução”, de Friedrich Schleiermacher (1768-1834). Tal obra é apontada por muitos como sendo de grande importância para o desenvolvimento da teoria da tradução que, de acordo com o autor, integrava um plano maior de emancipação política e cultural. O texto de Schleiermacher apresenta reflexos de ideais surgidos na nação alemã no início do século XIX (PEREIRA, 2008).

A Academia de Libras (2020) informa os seis requisitos necessários para se tornar profissional de intérprete de Libras, sendo eles: formação em interpretação e tradução de Libras, certificação específica, respeito ao sigilo, imparcialidade, fidelidade à informação, e distância e discrição. Com relação ao primeiro requisito de formação em interpretação e tradução de Libras, o *site* Academia de Libras (2020) cita cursos de extensão oferecidos por universidades, cursos de educação profissional que tenham reconhecimento do sistema responsável pelo credenciamento e os cursos no campo de formação continuada disponibilizados por instituições de ensino superior ou instituições que sejam credenciadas por Secretarias de Educação.

Já para a certificação específica, considerando que o Prolibras não está mais em vigor, é preciso que o candidato realize o exame nacional de proficiência em tradução e interpretação de Libras – Língua Portuguesa, que poderá ser provido pelo Ministério da Educação ou instituições de ensino superior devidamente credenciadas. O outro requisito deste profissional é o respeito ao sigilo, que pode ser visto também como um dos princípios a serem seguidos. O sigilo profissional assegura a intimidade de cada pessoa que necessita da interpretação em Libras.

O princípio da imparcialidade também é um requisito primordial, conforme as informações são transmitidas é preciso que opiniões de cunho pessoal não sejam expostas

para não prejudicar a informação que está sendo passada (ACADEMIA DE LIBRAS, 2020). Outra questão importante tem relação com a condição imposta pela Libras. Por se tratar de uma linguagem de sinais e gestual, requer um cuidado especial no que se refere às expressões faciais, ou seja, uma simples expressão pode interferir na interpretação do conteúdo transmitido (ACADEMIA DE LIBRAS, 2020).

O conceito de fidelidade à informação também deve ser respeitado pelo profissional. Sobre isso, “o profissional não pode realizar mudanças na mensagem, por mais que a intenção seja ‘adequar’ ou ‘suavizar’ o conteúdo transmitido”. (ACADEMIA DE LIBRAS, 2020). Por fim, os requisitos de distância e discrição devem estar presentes no trabalho do tradutor e intérprete de Libras, que “deve se estender para a vida particular das pessoas atuantes no exercício da atividade”. (ACADEMIA DE LIBRAS, 2020).

Além de todo o exposto, é preciso considerar o aperfeiçoamento deste profissional que são diferenciais de peso no momento da contratação. No caso de intérpretes de Libras que objetivam atuar na área de ensino/educação, a formação em Letras e cursos de especialização em Libras podem contribuir na conquista de uma vaga desejada (ACADEMIA DE LIBRAS, 2020).

Com relação às competências deste profissional, Quadros (2004) apresenta seis categorias que podem ser utilizadas para analisar o processo de interpretação:

*Competência linguística* – Habilidade de entender o objeto da linguagem usada em todas as suas nuances e expressá-las corretamente, fluentemente e claramente a mesma informação na língua-alvo, ter habilidade para distinguir as ideias secundárias e determinar os elos que determinam a coesão do discurso.

*Competência para transferência* – Essa competência envolve habilidade para compreender a articulação do significado no discurso da língua-fonte, habilidade para interpretar o significado da língua-fonte para a língua-alvo, sem distorções, adições ou omissão, sem influência da língua-fonte para a língua-alvo.

*Competência metodológica* – Habilidade em usar diferentes modos de interpretação, para encontrar o item lexical e a terminologia adequada avaliando e usando-os com bom senso e para recordar itens lexicais e terminologias.

*Competência na área* – Conhecimento requerido para compreender o conteúdo de uma mensagem que está sendo interpretada.

*Competência bicultural* – Conhecimento das crenças, valores, experiências e comportamentos dos utentes da língua-fonte e da língua-alvo.

*Competência técnica* – Habilidade para posicionar-se apropriadamente para interpretar. (QUADROS, 2004, p. 73-74).

Conforme apresentado anteriormente, recursos extralinguísticos são estratégias tradutórias que estreitam as perspectivas do público surdo, trazendo sensações e emoções em diversos contextos. Quando o TILSP utiliza gestos corporais como giros, movimento de cabeça e de tronco e, especialmente, expressivas entonações, este profissional caminha entre as competências classificadas por Quadros (2004).

De acordo com Quadros e Karnopp (2004, p. 50-51): “as línguas de sinais são denominadas línguas de modalidade gestual-visual (ou espaço-visual), pois a informação linguística é recebida pelos olhos e produzida pelas mãos”. Com relação aos processos que envolvem a tradução e interpretação, é preciso ter em mente:

Os intérpretes devem criar expectativas em relação aos tipos de discurso que alguém irá usar em determinados contextos. Aos poucos se aprende que algumas expressões estão associadas a um tipo específico de discurso, por exemplo, ‘por que’ e ‘razão’ são frequentemente usados em um discurso persuasivo; ‘como’ e ‘passos’ indicam um discurso procedural; ‘versus’, ‘ou’ e ‘comparação’ são palavras típicas de discursos argumentativos; ‘estória’ e ‘conto’ são frequentemente associados com um discurso narrativo; ‘descrição’ sugere um discurso explicativo. Assim, o intérprete tem condições de identificar os elementos possíveis que serão apresentados de acordo com o tipo de discurso preparando-se de antemão e dispondo de tais elementos de forma mais pronta e imediata durante a sua atuação. (QUADROS, 2004, p. 81).

O estudo de Cruz (2016) investiga e analisa a atuação do intérprete de Libras diante do código de ética que norteia a profissão, indagando princípios de imparcialidade e fidelidade no processo tradutório entre os mundos surdo e ouvinte em situações conflitantes. Sobre a atuação do TILSP, a autora explica que “assim como qualquer outra profissão, é norteada por um código de ética que descreve princípios como: confiabilidade, neutralidade ou parcialidade, fidelidade, distância profissional, entre outros”. (CRUZ, 2016, p. 1).

Para um melhor entendimento, citam-se aqui os deveres fundamentais do profissional intérprete conforme o Art. 1º do código de ética dos TILS, disponibilizado em documento pela Secretaria de Educação Especial por meio do Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos – Brasília (2004).

*Artigo 1º - São deveres fundamentais do intérprete:* 1º. O intérprete deve ser uma pessoa de alto caráter moral, honesto, consciente, confiante e de equilíbrio emocional. Ele guardará informações confidenciais e não poderá trair confidências, as quais foram confiadas a ele; 2º. O intérprete deve manter uma atitude imparcial durante o transcurso da interpretação, evitando interferências e opiniões próprias, a menos que seja requerido pelo grupo a fazê-lo; 3º. O intérprete deve interpretar fielmente e com o melhor da sua habilidade, sempre transmitindo o pensamento, a intenção e o espírito do palestrante. Ele deve lembrar dos limites de sua função e não ir além da responsabilidade; 4º. O intérprete deve reconhecer seu próprio nível de competência e ser prudente em aceitar tarefas, procurando assistência de outros intérpretes e/ou profissionais, quando necessário, especialmente em palestras técnicas; 5º. O intérprete deve adotar uma conduta adequada de se vestir, sem adereços, mantendo a dignidade da profissão e não chamando atenção indevida sobre si mesmo, durante o exercício da função. (QUADROS, 2004, p. 31-32).

De acordo com Nascimento (2014 *apud* GOULART, 2017), embora o código de ética seja um documento frequentemente citado nos cursos de formação de tradutores/intérpretes de língua de sinais, ele não é um documento amplamente divulgado. Para a autora, o código de ética é visto como um manual prático. No entanto, não são abordadas questões dinâmicas nas quais o profissional precisa fazer escolhas (GOULART, 2017).

### Considerações finais

Os aspectos destacados e analisados neste artigo se relacionam diretamente às competências do TILSP que, comprovadamente por argumentos dispostos ao longo do texto, demonstram que uma boa formação é fundamental para a construção do profissional e sua atuação em diversos âmbitos da sociedade.

Além de evidenciar questionamentos que fazem parte do cotidiano da Comunidade Surda e demais pessoas envolvidas em processos tradutórios e de interpretação, o presente estudo buscou respostas por meio de levantamento bibliográfico e materiais/documentos institucionais que possibilitam elucidar determinados aspectos como: a forma de atuar, se portar, se vestir, e outros aspectos.

Verifica-se então a necessidade de que estudos como este sejam cada vez mais aprofundados e difundidos entre acadêmicos, a Comunidade Surda, os mais variados meios de comunicação (audiovisual) e todos os agentes que participam da interação surdo-ouvinte, para que seja viável melhorar, sempre que possível, as condições de atuação dos profissionais de TILSP e o produto gerado por eles.

O trabalho também possibilitou esclarecer que a vestimenta do TILSP na cor preta, com cabelo preso, apenas remete a sensação de formalidade que muitos conteúdos necessitam transmitir. Não se trata, portanto, de uma obrigatoriedade, mas sim da escolha da produtora/empresa audiovisual e dos envolvidos nesse processo, assim como tem relação com o escopo do conteúdo em que o TILSP estará atuando. Quanto a este aspecto, podem-se exemplificar debates políticos e propagandas eleitorais – que são, em sua maioria, conteúdos que trazem seriedade ao tema transmitido – e, assim, demandam do TILSP uma vestimenta mais adequada ao conteúdo.

Por outro lado, ficou evidente que TILSP que desenvolvem conteúdos infanto-juvenis e materiais voltados ao público adulto podem desfrutar de informalidade no que tange à vestimenta e ao uso do cabelo. Essa é uma alternativa que permite maior interação do profissional com o cenário, os artistas que se apresentam e com o conteúdo, seja ele de qualquer natureza.

Por meio de uma abordagem ilustrativa de vídeos infanto-juvenis e adultos, levantamentos bibliográficos de ilustres autores e legislações pertinentes ao assunto abordado, este trabalho buscou destacar os aspectos que envolvem o profissional de TILSP. Assim, o presente estudo apresenta grande relevância para a Comunidade Surda, ao trazer questionamentos e respostas que elucidam dúvidas do cotidiano, norteando, dessa forma,

empresas contratantes deste profissional para que a cor da vestimenta seja neutra para assuntos formais, e para assuntos informais cores que conversem com a temática abordada, o que faz toda a diferença no campo visual para o Surdo e a comunidade surda, podendo assim construir uma definição imagética, e orientar futuros profissionais quanto à vestimenta e conduta ética.

Adicionalmente foi realçada a importância de uma boa qualificação do profissional em questão do contínuo aprendizado por meio de especialização e cursos de áreas diversas, que tem se tornado um diferencial para sua manutenção no mercado de trabalho, e possibilitar entregar resultados cada vez mais satisfatórios ao público-alvo.

## Referências

- ABNT. *NBR 15290:2016*. Acessibilidade em comunicação na televisão. Rio de Janeiro, 2016.
- ACADEMIA DE LIBRAS. Requisitos para ser intérprete de Libras em diversas áreas. *Post em blog*. 10 dez. 2020. Disponível em: <academiadelibras.com/blog/requisitos-para-ser-intereprete-de-libras>. Acesso em:
- ADRIANO, Graciele Alice Carvalho. *Morfologia aplicada às línguas orais e língua de sinais*. Indaial: UNIASSELVI, 2018.
- ALVES, Cleudes Moreira de Jesus et al. Reflexões sobre o Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa (TILSP) e sua identidade no contexto educacional. *Humanidades e Inovação*, v. 8, n. 37, mar. 2021, Discurso e Alteridade II.
- BRASIL. Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei 10.436 e o art. 18 da Lei 10.098. *Diário Oficial da União*. Brasília/DF, 2005.
- BRASIL. A classificação indicativa na Língua Brasileira de Sinais. Brasília: SNJ, 2009.
- BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*. Brasília/DF, 2015.
- BUENO, Paloma. Post em rede social. Intérprete de Libras pode usar camisa preta? 5 set. 2019. *LinkedIn*. Disponível em: <<https://www.linkedin.com/pulse/int%C3%A9rprete-de-libras-s%C3%B3-pode-usar-camisa-preta-paloma-bueno>>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- CAMPOS, Sueli Aparecida de; RODRIGUES, Sueli Carrijo. Letramento, ensino e surdez: abordagens e propostas de ensino para alunos surdos na escola inclusiva. *Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE: Produção Didático-pedagógica*. Curitiba: SEED/PR, 2009. Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospede/pdebusca/producoes\\_pde/2009\\_uenp\\_educacao\\_especial\\_artigo\\_sueli\\_aparecida\\_de\\_campos.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospede/pdebusca/producoes_pde/2009_uenp_educacao_especial_artigo_sueli_aparecida_de_campos.pdf). Acesso em: 08 jun. 2022
- CARVALHO, Inês Alexandra de Sousa. *A tradução audiovisual na Somnorte: Especificidades para o público infantil*. Dissertação de Mestrado em Tradução e Comunicação Multilíngue. Instituto de Letras e Ciências Humanas (UM – Universidade do Minho, Portugal), 2021.
- CASTRO JÚNIOR, Gláucio de. *Projeto Varlibras*. Tese de Doutorado em Linguística. Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de Letras (UnB), 2014.
- COSTA, Roberto César Reis da; COSTA, Sheila Batista Maia Santos Reis da. Sou intérprete da Língua Brasileira de Sinais e não abro mão do meu *black power*: e aí... vão continuar dizendo que meu *afrohair* atrapalha na comunicação? *Web Revista Sociodialeto*, v. 10, n. 28, jul. 2019.

- CRUZ, Raquece Mota Honório. Conflitos éticos na atuação do Tradutor Intérprete de Libras. *Revista Virtual de Cultura Surda*, n. 17, 2016.
- FARIAS, Mariana Damião et al. Atuação do tradutor intérprete de Libras no ensino superior: implicações na disciplina de educação inclusiva. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 1, 2020.
- FEBRAPILS. Nota técnica sobre a atuação do tradutor, intérprete e guia-intérprete de Libras e Língua Portuguesa em materiais audiovisuais televisivos e virtuais. 2006. Disponível em febrapils.org.br/wp-content/.../nota-tnica-febrapils-feneis-materiaisaudiovisuais.pdf. Acesso em: 20 mai. 2018.
- GOULART, Daiana San Martins. Código de ética dos tradutores/intérpretes de língua de sinais: Quais verdades se constituem nesse documento sobre a profissão? *7º Sbece – Seminário brasileiro de estudos culturais e educação*. Ulbra, Canoas-RS, 2017.
- LEITE, Emeli Marques Costa. *Os papéis do intérprete de Libras na sala de aula inclusiva*. Dissertação de Mestrado em Linguística Aplicada. Faculdade de Letras (UFRJ), 2004.
- MARTINS, Tânia Aparecida. *Um estudo descritivo sobre as manifestações de ambiguidade lexical em Libras*. Dissertação de Mestrado em Letras. (Unioeste), 2013.
- NASCIMENTO, Cristiane Batista do. *Terminografia em Língua de Sinais Brasileira: proposta de glossário ilustrado semibilíngue do meio ambiente, em mídia digital*. Tese de Doutorado em Linguística. (UnB), 2016.
- OLIVEIRA, Verônica Rosemary de. *O Tradutor e Intérprete de Libras e a tradução audiovisual de conteúdo político partidário: problematizando este trabalho*. Trabalho de Conclusão de Curso. Bacharelado em Letras-Libras. (UFSC), 2018.
- PEREIRA, Caio Heleno da Costa. *Sobre os diferentes métodos da tradução: A tradução no contexto político-pedagógico da bildung*. Trabalho de Conclusão de Curso. Bacharelado em Letras com ênfase em Estudos da Tradução. (UFPR), 2008.
- PROMETI, Daniela. *Terminologia da Língua de Sinais Brasileira: léxico visual bilíngue dos sinais-termo musicais – um estudo contrastivo*. Tese de Doutorado em Linguística. (UnB), 2020.
- QUADROS, Ronice Müller de. *O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa*. Secretaria de Educação Especial – Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC/Seesp, 2004.
- QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir. *Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- RODRIGUES, Cristiane Seimetz; VALENTE, Flávia. *Intérprete de Libras*. Curitiba: Iesde Brasil, 2011.
- SCHLEIERMACHER, Friedrich. (1813/2001). Sobre os diferentes métodos de tradução. Traduzido por Margarete von Mühlen Poll. In: HEIDERMANN, Werner (Org.). *Clássicos da teoria da tradução*. Volume 1: alemão-português. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina/Núcleo de Tradução, 2010, p. 25-87.
- UNESCO. *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos* (DHNET). Barcelona, 1996. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a\\_pdf/dec\\_universal\\_direitos\\_linguisticos.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- VALE, Débora Rocha de Souza. Os recursos extralinguísticos na interpretação simultânea de um espetáculo artístico religioso em Língua Portuguesa para Libras. Trabalho de conclusão do curso. Graduação em Letras-Libras. (UFSC), 2020.